



## Políticas de línguas e o discurso lexicográfico: adequação-conversão-regeneração

### Language policies and lexicographical discourse: Adequacy-conversion-regeneration

Mariza Vieira da Silva  
Labeurb/Unicamp

**Resumo:** Neste artigo, filiando-nos à História das Ideias Linguísticas e à Análise de Discurso pechatiana, visamos compreender como o trabalho com o léxico, articulando lexicologia, lexicografia e semântica, funciona nas políticas públicas de educação e de línguas a partir da segunda metade do século XX, como forma de gestão dos sentidos e do sujeito em uma formação discursiva neoliberal. A gestão discursiva da língua pelo léxico significa a normatização dos sentidos, logo, do sujeito, na busca de um mundo semanticamente normal – adequado –, em que se possam estabelecer fronteiras, limites, imaginariamente estáveis. Nessas demarcações e divisões, temos o confronto do simbólico com o político. Tomamos como material de descrição-análise, uma série formada pelas palavras adequação, adequar, adequado/a pela centralidade que elas têm desde os anos 1960/1970, nas políticas de línguas, nas práticas escolares e na vida em sociedade, dialogando com as séries: conversão, converter, convertido/a e regeneração, regenerar, regenerado/a, para que pudéssemos observar o movimento das formações discursivas, em que uma memória (discursiva) retoma, pela repetição e deslocamento, sentidos que asseguram o espaço da estabilidade e, ao mesmo tempo, abre-se para o não logicamente estabilizado.

**Palavras-chave:** Políticas de línguas, Sujeito urbano escolarizado, Discurso lexicográfico.

**Abstract:** *In this article, joining the History of Linguistic Ideas and Pechetian Discourse Analysis, we aim to understand how the work with the lexicon, articulating lexicology, lexicography, and semantics, operates in education and language public policies from the second half of the century XX, as a way of managing the meanings and the subject in a neoliberal discursive formation. The discursive management of language by the lexicon means the normalization of meanings, therefore, of the subject, in the search for a semantically normal – adequate – world, in which imaginatively stable boundaries and limits can be established. In these demarcations and divisions, we have the confrontation of the symbolic with the political. We take as material for description-analysis, a series formed by the words adequacy, adequate (verb), adequate (adj) for the centrality they have had since the 1960s/1970s, in language policies, in school practices, and in life in society, dialoguing with the series: conversion, convert, converted, and regeneration, regenerate, regenerated, so that we could observe the movement of discursive formations, in which a (discursive) memory recovers, through repetition and displacement, meanings that ensure the space of stability and, at the same time, that open up to the not logically stabilized.*

**Keywords:** Language policies, Urban educated subject, Lexicographical discourse.

*LINGUAGEM: a pele.*  
(Victor Afonso Soto, 7 anos, 2013)

## **Um (re-)começo**

Neste artigo, filiando-nos à História das Ideias Linguísticas e à Análise de Discurso materialista, fundada por Michel Pêcheux (1969), visamos compreender como o trabalho com o léxico, articulando lexicologia, lexicografia e semântica, funciona nas políticas públicas de educação e de línguas a partir da segunda metade do século XX, como

forma de gestão dos sentidos e do sujeito em uma formação discursiva neoliberal. Trata-se de um período muito importante em termos nacional, no contexto da globalização, considerando a universalização, pela primeira vez mais efetiva, da escolarização básica e a institucionalização da Linguística, como sustentáculo de dessas políticas, tratada como uma realidade científica homogênea, sem filiação explícita, marcada pela objetividade e neutralidade.

Da perspectiva da História das Ideias Linguísticas (HIL), consideramos que:

Todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. Porque é limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospectão (Auroux, 1987b), assim como um horizonte de projeção. O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado, como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber (AUROUX, 1992, p. 11-12).

Isso nos leva a retomar uma memória disciplinar, compreender o conhecimento que é tomado como verdadeiro em um momento histórico dado e que se movimenta em termos de repetição, inversão, deslocamentos tanto em sua produção como em sua circulação, e a explicitar condições de produção determinadas, analisando como os conhecimentos linguísticos se transformam em procedimentos e técnicas normatizadas e didatizadas, produzindo um conhecimento escolar próprio, criando uma rede semântica que inscreve o sujeito – e na qual ele se inscreve – em determinadas funções como a de autoria.

Em um caminhar de estudos e pesquisas de mais de três décadas, construímos um amplo arquivo sobre o processo de escolarização do

português desde o período colonial, que tem nos permitido descrever-analisar-interpretar recortes específicos de um corpus constituído na relação teoria-prática, trabalhando a materialidade da língua e a materialidade da história, ou seja, a discursividade como efeito da língua sujeita a falha que se inscreve na história (PÊCHEUX, 2004). Na compreensão desse processo, observamos como a difusão dos conhecimentos linguísticos, no conjunto das ciências da linguagem e das ciências humanas e sociais, na Escola, vai constituindo espaços de enunciação, de práticas institucionais e cotidianas, sociais e políticas, de processos de individuação do sujeito capitalista (ORLANDI, 2001).

Em se tratando do discurso lexicográfico, tomamos o dicionário como uma tecnologia intelectual, assim como a gramática, que descreve e instrumentaliza a(s) língua(s), e que funciona ainda como um pilar de nosso saber metalinguístico. Como instrumento linguístico, ele amplia o acesso e domínio, por parte do falante, de palavras e sentidos a eles atribuídos de determinada maneira, o que “significa que o aparecimento dos instrumentos linguísticos não deixa intactas as práticas linguísticas humanas” (AUROUX, 1992, p. 70) e altera significativamente as práticas sociais. O dicionário e a gramática foram elaborados de forma massiva a partir do século XV com base no modelo greco-latino, o que significou uma transferência de tecnologia entre línguas, “transferência que não é, claro, nunca totalmente independente de uma transferência cultural mais ampla” (ibid., p. 74).

Quanto às políticas de línguas, da perspectiva da Análise de Discurso (AD), consideramos que:

Quando falamos de Política Linguística enquanto Política de Línguas, damos à língua um sentido político necessário. Ou seja, não há possibilidade de se ter língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político. Uma língua é um corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica. Assim, quando pensamos em política de línguas já pensamos de imediato nas formas sociais sendo significadas por e para sujeitos históricos e simbólicos, em suas formas de existência, de experiência, no espaço público de seus sentidos. A pergunta que se coloca, na perspectiva em que

estamos interrogando a língua como uma questão política é: que discursos sobre a língua são admitidos como verdadeiros determinando um conjunto de práticas? Que práticas são essas? (...) O saber sobre a língua, por seu lado, não é indiferente à política de línguas, ao contrário, é o cerne mesmo sobre o qual se assentam os modos de sua realização (ORLANDI, 2007, p. 8).

Nessa perspectiva teórica, portanto, “vemos o funcionamento lexical e a produção de dicionários na ligação com os processos históricos de significação” (NUNES, 2006, p. 150), naquilo que tem a ver com uma semântica discursiva. Funcionamento este que se dá em condições de produção específicas, consideradas as relações de força, as relações de sentido e as demandas conflitantes e contraditórias das classes sociais de uma sociedade como a brasileira. Assim, ainda com Nunes, podemos dizer que:

No funcionamento linguístico, as diferenças, as oposições e relações se estabelecem de forma social. Os mecanismos lexicais são estudados em movimento, que se objetiva descrever. É assim, que fatos como a sinonímia, a hiperonímia, as distinções entre próprio-figurado, abstrato-concreto etc., somente são considerados na articulação com o histórico e o discursivo, ou seja, diante do fato que tais relações são passíveis de falhas, de deslocamentos, de contradições (NUNES, 2006, p. 153).

Em se tratando dessas duas tecnologias linguísticas de que fala Aurox, observamos, a partir dos anos 1960, que a gramática sempre foi colocada em discussão e análise, de forma incisiva, como principal causa do fracasso escolar no ensino do português pelo seu caráter prescritivo, normativo, coercitivo, sustentada por um consistente quadro teórico-prático em dominam os conceitos de “comunicação” e de “linguagens”, em uma aliança do sociologismo e do racionalismo, tendo como suporte o funcionalismo e a pragmática. (SILVA, 2007; 2012; 2017; 2018; 2019, 2020). Apreendemos, também, que esse quadro teórico se construía e se expandira através de uma aliança mais

ampla entre o Estado, a Ciência e os organismos internacionais em uma formação discursiva (neo)liberal. Como compreender essa ausência do dicionário, também um instrumento normativo, prescritivo, do debate acadêmico-científico? Neste artigo, tratamos de parte dessa tarefa complexa de responder a essa questão e o fazemos, sobretudo, com ênfase em sua problematização.

Gostaríamos, ainda, nesse preâmbulo, lembrar que um conceito deve integrar em sua constituição as condições técnicas de sua realização. Os instrumentos linguísticos, tecnologias intelectuais como gramáticas, dicionários, livros didáticos, políticas de línguas são teorias materializadas e não de forma acessória. A técnica não é uma montagem que valida uma teoria previamente constituída como propõe o empirismo, o positivismo. Ela é parte integrante da constituição da teoria, uma vez que um conceito deve integrar em sua constituição as condições reais de sua aplicação (LE COURT, 1978)<sup>1</sup>.

## O discurso lexicográfico e os pré-construídos

Se, na época colonial, o dicionário é uma discursividade de construção de uma realidade brasileira, atualmente, com essa realidade já nomeada, e com os brasileiros já sabendo sua língua – os instrumentos linguísticos, a escolarização, a literatura etc estão aí para atestá-lo – o uso do dicionário se faz sobre o efeito de pré-construído, como um “lembrete” de uma realidade já estabelecida e certa, um lugar onde “se sabem” as palavras de nossa língua (ORLANDI, 2002, p. 108 – grifos da autora).

O pré-construído “corresponde ao ‘sempre-já-ai’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (‘o mundo das coisas’) (Pêcheux, 1988, p. 164); sentido este construído, no Brasil, pela ideologia da colonização e por uma “escrita conquistadora” (CERTEAU, 2006), em um Novo Mundo onde “poucas palavras bastariam aqui porque *tudo é papel branco* e não há que fazer outra coisa, sinão escrever à vontade as virtudes mais necessárias e ter zelo em que seja conhecido o Creador destas suas

creaturas”, diz o jesuíta Manoel da Nóbrega (*apud* SILVA, 2015, p. 334).

Em se tratando de pensar o funcionamento desse efeito de pré-construído no discurso lexicográfico, trabalhando com arquivos referentes ao processo de alfabetização dos séculos XVI a XVIII, fomos observando a construção e difusão de instrumentos linguísticos como gramática e vocabulários bilíngues, de cartas de missionários e crônicas e relatos de viajantes, em que se organizava um espaço de enunciação para os nativos habitarem através de práticas linguísticas e pedagógicas, logo, sociais e políticas, em que se estabeleciam determinadas relações entre a oralidade (selvagem) e a escrita (civilizada), em que se trabalhavam a relação palavra/coisa, palavra/palavra por meio da tradução de um determinado saber sobre as línguas em uma formação discursiva religiosa, trabalhando o efeito ideológico da *conversão*.

Com a chegada dos jesuítas, em 1549, e o seu estabelecimento em diversas capitanias, há uma transformação nas condições de produção dos discursos. Os índios passam a ser considerados como uma alteridade a transformar. Por meio do discurso religioso, estabelecem-se as práticas de catequese e conversão. Nesse contexto, os missionários da Companhia de Jesus colocam em funcionamento uma política lingüística (NUNES, 2006, p. 87).

Às línguas indígenas e aos seus falantes, naquela conjuntura histórica, eram-lhes conferidos visibilidade como objeto de conhecimento e, assim, imaginariamente, tinham suas diferenças anuladas, absorvidas através de conceitos, procedimentos e técnicas de dicionarização pelo discurso da conversão. Assim, produziam-se evidências, linearizavam-se sentidos, naturalizavam-se sujeitos, criava-se um “resto”, não dito ou já-dito, sempre presente na memória discursiva, nos gestos de interpretação como algo que se repete e, ao mesmo tempo, resiste no movimento dos sentidos (SILVA, 1996, 2015).

Quando lemos os verbetes como discursos, percebemos a formação de cenas enunciativas. Os

missionários ao se colocarem na posição de tradutores-intérpretes, representam em seu discurso o dizer dos índios, marcando-os como um discurso exterior (*o índio diz X*). Em seguida, esse discurso é parafraseado, retomada, traduzido, interpretado pela posição do lexicógrafo (*X quer dizer Y*). As diversas formas de paráfrase que irrompem no fio do discurso direcionam os sentidos para o lugar do colonizador (NUNES, 2006, p. 117).

Nesse processo, estabeleciam-se equivalências entre as coisas e os habitantes do Novo Mundo, transformando a alteridade em uma exterioridade passível de controle pelo saber, no qual o sujeito brasileiro se individualiza em uma identidade dividida, conflituosa, contraditória. “Precursores da forma burguesa de assimilação-transformação do outro, os missionários concebem, com a catequese, o léxico como instrumento de transformação da sociedade” (NUNES, 2006, p. 89).

Em um processo de escolarização desigual e discriminatório do sujeito brasileiro, que persiste ainda hoje, observamos o trabalho ideológico desse “resto” estruturante de nossa identidade sempre em movimento, em diferentes conjunturas. Se a *conversão*, como ideologia, fora fundante e estruturante do nosso saber “sobre” a língua e saber “a” língua, nesse momento histórico, posteriormente, no século XIX e início do XX, com o crescimento, mesmo que incipiente das cidades e o modo como a libertação dos escravos foi sendo feita sem políticas públicas de integração dos libertos em termos educacionais, econômicos, sociais e políticos, vimos esse pré-construído de uma formação discursiva religiosa deslocar-se para uma formação jurídico-moralizante da *regeneração* e, posteriormente, para uma formação tecnicista da *adequação* – objeto de estudo deste artigo - em movimento inter e entre formações discursivas.

Maria Helena Souza Patto discute essa ideologia da *regeneração* da perspectiva da educação e da psicologia social em mais de um artigo. Em relação às cidades, ela diz que na Primeira República, tal como acontecera no Império, “higiene e beleza, compareciam geminadas no discurso das autoridades: falava-se em “regeneração estética e sanitária” do espaço urbano. Tudo o que fazia “feia” a paisagem urbana



era objeto do olhar aflito da burguesia preocupada em não fazer má figura diante do mundo...” (1999, p. 179 – grifos da autora).

Fala do “eficientíssimo artifício ideológico domesticador que se articulou nesse período, em íntima relação com o discurso científico”, higienista e racista, que possibilitou “a disseminação pelo corpo social de uma imagem negativa do pobre”, a ser regenerado. E mostra como essa ação disciplinadora ficou a cargo de “um eficiente deslizamento semântico” (ibid., p. 183-184).

Nos documentos oficiais, na imprensa, nos relatórios e pareceres dos especialistas vai-se constituindo um vasto rol de termos infamantes para designar os pobres: degenerados, anormais, selvagens, ignorantes, incivilizados, feios, desordeiros, rudes, grevistas, incapazes, preguiçosos, boêmios, anarquistas, brutos, irresponsáveis, desregrados, perniciosos, bêbados, farristas, decaídos, nocivos, arruaceiros, desocupados, marginais, deletérios, animais, simiescos, medíocres, sujos, libertinos, trapaceiros, parasitas, vadios, viciados, ladrões, criminosos. (...) A ciência afirmava que os vícios, tal como as doenças do corpo, encontravam terreno mais propício em certas nacionalidades em determinadas raças, tidas como biologicamente inferiores (PATTO, 1999, p. 184 – grifo nosso).

Esses comportamentos considerados desordeiros, criminosos, e a violência do Estado e da polícia contra eles, não tinha como causa as “raças inferiores” ou “certas nacionalidades” (referindo-se aos imigrantes) como a ciência afirmava, mas, de acordo com Patto, pela forma que se deu a Abolição e pelas relações de produção em vigor no campo e na cidade em que “uma massa de trabalhadores pobres acumulavam-se no espaço urbano e vendia sua força de trabalho a preços que degradavam a vida, quando não a invisibilizavam...” (ibid., p.169).<sup>2</sup> Nesse espaço urbano, a Escola constitui-se como uma instituição mantenedora da ordem social, como vimos, também, na análise do livro de Pires de Almeida (SILVA, 2015). Outras questões a

essas relacionadas observamos na análise do verbete *malandro* no Grande Dicionário de Houaiss (*online*), dentre as quais destacaríamos a datação de 1881 e a presença de brasileirismos, que evidencia a presença de um sujeito-lexicógrafo que identifica o *malandro* para si e para o outro como um efeito-sujeito: o de não-cidadão (SILVA, 2016).

O fazer pedagógico sempre teve como ponto nodal o sujeito em suas diferentes formas de assujeitamento através de técnicas, em que se associam saberes e procedimentos, métodos e instrumentos de ensino-aprendizagem, em relação às demandas sociais e políticas de uma sociedade em uma conjuntura dada, como modo de gerir a diferença, a diversidade, o heterogêneo, produzindo a unidade, criando condições para processos de identificação do sujeito. Nesse fazer também se dá o controle da (des)ordem social, dentro e fora da Escola, via um discurso jurídico de normas, sanções e premiações que se articula a um discurso moral-religioso e, posteriormente, a um discurso neoliberal, presentes nos materiais didáticos, nos textos e exercícios ali didatizados. Um trabalho contraditório de diferentes formações discursivas - o que pode e deve ser dito a partir de determinadas posições em uma conjuntura dada (PÊCHEUX, 1988) -, referidas a formações ideológicas.

### **Adequação... conversão... regeneração...**

A gestão discursiva da língua pelo léxico significa a normatização dos sentidos, logo, do sujeito, na busca de um mundo semanticamente normal – adequado -, em que se possam estabelecer fronteiras, limites, imaginariamente estáveis. Como diz Guimarães Rosa (1986), já por nós citado, “eu careço de que o bom seja bom e o ruim ruim, que dum lado esteja o preto e do outro o branco, que o feio fique bem apartado do bonito e a alegria longe da tristeza! Quero os todos pastos demarcados”: a homogeneidade lógica como uma imperiosa necessidade equívoca do “sujeito pragmático” (PÊCHEUX, 1990) em que se misturam coisas e pessoas, processos técnicos e decisões morais, escolhas políticas, saber e poder, produzindo, imaginariamente, liberdade, autonomia<sup>3</sup>. Nessas demarcações e divisões, no estabelecimento de limites e fronteiras, temos o confronto do simbólico com o político.

O político, ou melhor, o confronto do simbólico com o político não está presente só no discurso

político. O político tal como o pensamos discursivamente está presente em todo discurso. Não há sujeito nem sentido, que não seja dividido, não há forma de estar no discurso sem constituir-se em uma posição-sujeito e, portanto, inscrever-se em uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, é a projeção da ideologia no dizer. As relações de poder são simbolizadas e isso é o político. A análise de discurso trabalha sobre as relações simbolizadas em uma sociedade dividida (ORLANDI, 2012, p. 55).

A ideologia, discursivamente, não é conteúdo, ocultação, mas o processo que torna determinados sentidos evidentes, transparentes, estáveis, naturalizados, apagando justamente o político. Nesse sentido, podemos dizer que certas teorias negam o político pelo modo como falam de política, apoiando-se em certos conceitos com apagamento de outros: falando, por exemplo, em variedades e não em diferenças, em linguagens e não em língua, em oposições e não em contradições, recobrando a questão do Estado, ao tomar “a análise das relações de produção por uma teoria das relações sociais que não é outra coisa que uma psicossociologia da relações inter-individuais (status, papel, prestígio, atitude, motivação...)” (PÊCHEUX; GADET, 1998).

Neste artigo, tomamos uma série formada pelas palavras *adequação*, *adequar*, *adequado/a* pela centralidade que elas têm desde os anos 1960/1970, nas políticas de línguas, nas práticas escolares e na vida em sociedade, tendo como *corpus* os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa de 5ª a 8ª séries (PCN) e verbetes do Grande Dicionário Houaiss (*online*). No processo de descrição-análise-intepretação, dialogamos com as séries: *conversão*, *converter*, *convertido/a* e *regeneração*, *regenerar*, *regenerado/a*, para que pudéssemos observar o movimento das formações discursivas, em que uma memória discursiva sempre retoma, pela repetição, sentidos que asseguram o espaço da estabilidade e, ao mesmo tempo, abre-se para o não logicamente estabilizado, considerando a memória como “um espaço móvel de divisões, de dijunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1999, p. 56).

Visamos, seguindo os sentidos produzidos pelos efeitos da polissemia, da paráfrase, da sinonímia, das categorias gramaticais, dos exemplos, dos domínios teóricos, presentes na materialidade do funcionamento linguístico, compreender o fato lexical como um fato social pela presença do político no confronto com o simbólico, pensando na relação Estado, Ciência, Sociedade.

Nos PCN (1998), fizemos esses três recortes em sua parte introdutória que nos permitem situar a questão do discurso lexicográfico em um quadro teórico-prático mais amplo que irá movimentar a produção e circulação de as políticas públicas de educação e de línguas em torno dessa série: *adequação, adequar, adequado/a*.

### **R1**

Pode-se dizer que, apesar de ainda imperar no tecido social uma atitude “corretiva” e preconceituosa em relação às formas não canônicas de expressão linguística, as propostas de transformação do ensino de Língua Portuguesa consolidaram-se em práticas de ensino em que tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada é o uso da linguagem (Brasil, 1998, p. 18 – grifo nosso).

### **R2**

No ensino-aprendizagem de diferentes padrões de fala e escrita, o que se almeja não é levar os alunos a falar certo, mas permitir-lhes a escolha da forma de fala a utilizar, considerando as características e condições do contexto de produção, ou seja, saber adequar os recursos expressivos, a variedade de língua e o estilo às diferentes situações comunicativas: saber coordenar satisfatoriamente o que fala ou escreve e como fazê-lo; saber que modo de expressão é pertinente em função de sua intenção enunciativa – dado o contexto e os interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de erro, mas de adequação às circunstâncias de uso, de utilização adequada da linguagem (Brasil, 1998, p. 31 – grifos nossos).

### R3

(...) quando se fala em “Língua Portuguesa” está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. (...) Mais ainda, em uma sociedade como a brasileira, marcada por intensa movimentação de pessoas e intercâmbio cultural constante, o que se identifica é um intenso fenômeno de mescla lingüística... (...) A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e dos programas de difusão da mídia sobre “o que se deve e o que não se deve falar e escrever”, não se sustenta na análise empírica dos usos da língua (Brasil, 1998, p. 29 – grifos nossos).

Os termos e expressões por nós assinalados nos recortes 1, 2 3, indicam a direção em que deverá se dar a nova divisão no interior da língua portuguesa, considerando as relações capitalistas, nacionais e globais, que desembocam em uma nova luta entre “realizações” das línguas, reinscritas na diferença de sentidos, em que as mesmas palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam (PÊCHEUX, 1988), evidenciando a importância do lugar da Semântica, ou seja, da importância de se compreender os processos de significação e de subjetivação em diferentes domínios.

Através desses recortes, vão se explicitando a dominância de certas teorias e conceitos na história das ideias lingüísticas, que estarão sempre presente nas políticas e práticas acadêmico-científicas e escolares. O ponto de partida e de chegada das práticas de ensino é “o uso da linguagem” (a “realização” de que fala Orlandi (2006) e as “realizações” de que fala Pêcheux (1988)), trazendo para o centro da cena enunciativa, retoricamente, a língua e seus falantes em situações concretas de atividade linguageira: a “língua viva”, a “realidade dos/das alunos/as”. Como isso pode ser feito? Sabendo “adequar os recursos expressivos, a variedade de língua e o estilo às diferentes situações comunicativas: saber coordenar satisfatoriamente o que fala ou escreve e como fazê-lo; saber que modo de expressão é pertinente em função de sua intenção enunciativa”. E mais. “A questão não é de erro, mas de

adequação às circunstâncias de uso, de utilização adequada da linguagem”, ou seja, o uso é uma questão de adequação. De que perspectiva filosófica? A do empiricismo: “A imagem de uma língua única (...) não se sustenta na análise empírica dos usos da língua”.

Como medir essa adequação? Quem dispõe do metro para medi-la? Quem saberá riscar esse chão para estabelecer o ponto limítrofe entre adequação e inadequação? Os usos se equivalem? Não há superposição e/ou hierarquização? O uso informal tem o mesmo valor linguístico-social para indivíduos de diferentes classes sociais? Como fica a questão da responsabilidade quando nos tornamos somente capazes de aplicar uma política sem pensar nos efeitos, de potencializar os usos em relação ao útil, ao vantajoso?

Em se tratando do Brasil, podemos dar como marco oficial desse quadro teórico-prático-político, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 5.692 de 1971, de cunho tecnicista e profissionalizante, elaborada e promulgada nos anos de chumbo de uma ditadura de 21 anos (1964-1985). Na alínea 2ª, do parágrafo III, do Art. 4º, está dito que:

#### **R4**

No ensino de 1º e 2º graus dar-se-á especial relevo ao estudo da língua nacional, como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira. (Brasil, 1971).

Observamos que a “língua nacional” não é nomeada e que é concebida como um “instrumento de comunicação”, instrumento este que será o lugar da clivagem entre saber “a” língua e saber “sobre” a língua. Essa língua nacional é também concebida como “expressão da cultura”, ligando língua e expressividade, língua e estilo, produzindo seus efeitos: o de inclusão de um sujeito de conhecimento, o de cidadania de um sujeito de direito, o de democracia de uma sociedade profundamente desigual, opressora, vivendo uma ditadura, naquele momento, levando-nos a uma filosofia subjetivista articulada a uma “análise empírica dos usos” como pressupostos. Retomando, de outro lugar, os discursos da conversão e o da regeneração.

Orlandi e Massmann, organizadoras da publicação denominada “Cultura e diversidade”, falam da forma de Norbert Elias significar “cultura’ quando a distingue de ‘civilização’, que nos faz pensar

novamente no efeito de pré-construído, discutido anteriormente, em relação a um “resto” sempre presente na memória individual e coletiva dos brasileiros.

Se a noção de civilização se volta para o exterior – é o que é, ou deveria ser, comum a todos os homens – a de cultura volta-se para o interior: “reflete a consciência de uma nação obrigada a se perguntar continuamente em que consiste seu caráter específico, em procurar e, consolidar sem cessar suas fronteiras políticas e espirituais” (N. Elias fala da Alemanha). Já no que caracteriza a civilização está seu expansionismo e o apagamento das fronteiras, no projeto colonizador (ORLANDI; MASSMANN, 2016, p. 11).

As noções de “comunicação”, uma verdadeira ideologia, que se difunde, grosso modo, a partir dessa LDB 5.692/71, sob a forma simplista do esquema informacional e de uma versão reducionista das funções da comunicação propostas por Jakobson, e a de “cultura” também se dissemina sob a forma redutora de conceitos como os de multilinguismo e de multiculturalismo, possibilitando enfrentar os conflitos e silenciar as contradições que os movimentos identitários fazem emergir mais fortemente no espaço urbano.

Ao mesmo tempo, na mesma década de publicação dos PCN, em outro setor do Ministério da Educação (MEC), no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), temos a implantação e o desenvolvimento de um sistema de avaliação nacional que, irá, ao longo dos anos, estender-se a todos os níveis da educação, em articulação com avaliações internacionais, em que observamos a aliança desse sociologismo com o logicismo. Analisando as “Matrizes de Referência para o SAEB”, base para a avaliação de alunos do Ensino Fundamental no ano de 1997, vê-se que o conceito ali dominante é o de “competência cognitiva”, situada no campo do lógico-natural e tratada de forma idealista.

Entende-se por **competências cognitivas** as modalidades estruturais da inteligência - ações e operações que o sujeito utiliza para estabelecer

relações com e entre objetos, situações, fenômenos e pessoas que deseja conhecer. As **habilidades instrumentais** referem-se, especificamente, ao plano do “saber fazer” e decorrem, diretamente, do nível estrutural das competências adquiridas e que se transformam em habilidades (BRASIL, 1999, p. 9 – grifos do autor).

Esse rearranjo teórico-político vai criar condições de produção de consensos, através de uma rede conceitual: a situação comunicativa é a de uso da linguagem; a mensagem é o texto; o emissor é o indivíduo autor dos textos produzidos em diferentes linguagens com determinada intenção a ser recuperada pelo receptor na leitura e interpretação; o código refere-se às linguagens, sendo a língua uma dentre outras não verbais. A comunicação ocorre entre indivíduos como sujeitos intencionais, fontes e senhores de seu dizer, e realiza-se pelo uso em diferentes linguagens, sob a dominância do funcionalismo e do pragmatismo, no contexto da mundialização, da urbanização e da noção de democracia liberal, que irá gravitar em torno da “eficiência” em termos de uso de recursos e da “gestão” (empresarial) no campo da educação, da individuação de um sujeito capitalista “adequado”, apagando e deslocando contradições.

Essas e outras noções a elas relacionadas são produzidas não só em determinado tempo, mas também produziram sua própria temporalidade, considerando o horizonte de retrospecto e de projeção dos saberes linguísticos. Isso significa que os conceitos de “comunicação e “linguagens” constituem o chão teórico para outros conceitos em que se apagam as filiações, produzindo, imaginariamente, uma autoria neutra, sem ideologia, a-histórica, em que conceitos de teorias distintas são fundidas e disseminadas por esse quadro teórico-prático-político, construindo o efeito ideológico de estarmos falando das mesmas coisas.

Nessa conjuntura histórica e teórica, o léxico vai aparecer nos PCN, de forma mais explícita, no item “Prática de análise linguística, na parte denominada “Conteúdos”, que se desdobra em uma seção intitulada “Conceitos e procedimentos subjacentes às práticas de linguagem”,



como também uma questão de adequação, e o dicionário como instrumento de consulta.

## R5

Ampliação do repertório lexical pelo ensino-aprendizagem de novas palavras, de modo a permitir:

- escolha entre diferentes palavras daquelas que sejam mais apropriadas ao que se quer dizer ou em relação de sinonímia no contexto em que se inserem ou mais genéricas/mais específicas (hiperônimos e hipônimos);
- escolha mais adequada em relação à modalidade falada ou escrita ou no nível de formalidade e finalidade social do texto;
- organização das palavras em conjuntos estruturados em relação a um determinado tema, acontecimento, processo, fenômeno ou mesmo objeto, como possíveis elementos de um texto;
- capacidade de projetar, a partir de elemento lexical (sobretudo verbos), a estrutura complexa associada a seu sentido, bem como os traços de sentidos que atribuem aos elementos (sujeito, complementos) que preencham essa estrutura;
- emprego adequado de palavras limitadas a certas condições histórico-sociais (regionalismos, estrangeirismos, arcaísmos, neologismos, jargões, gíria);
- elaboração de glossários, identificação de palavras-chave, consulta ao dicionário (BRASIL, 1998, p. 62-63).

A descrição e análise de verbetes do Grande Dicionário Houaiss (*online*) relativas à série *adequação*, *adequar*, *adequado/a* em torno da qual se organizam políticas de educação e de línguas, no que diz respeito ao funcionamento da intertextualidade e da interdiscursividade ali presentes, trouxe possibilidades de ampliação dos nossos gestos de interpretação.

**Adequação** (1619 cf. MGram)**substantivo feminino**

ato ou efeito de adequar(-se); adaptação

**1** ajustamento disciplinado; acomodação, conformidade

**2** FIL critério de verdade baseado na busca de conformidade, identidade, s emelhança entre um

conhecimento e o objeto que lhe corresponde no mundo concreto; ajustamento exato entre o intelecto e a realidade material

**3** LING correspondência que a língua escrita idealmente deveria manter com a língua falada

**sinônimos**

ver antonímia de *contraposição* e *desinteligência*

**antônimos**

inadequação; ver tb. sinonímia de *contraposição* e *desinteligência*

Em *adequação* como “ato ou efeito de adequar(se)”, temos um verbo bitransitivo, indicando que algo/alguém adequa A à B, podendo essas posições serem preenchidas por coisas e pessoas, trazendo, de início, um ponto de opacidade. Além disso, pode funcionar como verbo pronominal, o que indica que a *adequação* se internaliza, podendo o “ato de” ser praticado pelo próprio sujeito. Esses movimentos da transitividade, levam-nos, como veremos, posteriormente, com a análise dos verbetes relativos aos sentidos postos em **1**, a compreender outro movimento, o das formações discursivas e, conseqüentemente, o entrelaçamento da *adequação* aos discursos da *conversão* e ao da *regeneração*. Da perspectiva filosófica, a *adequação* ganha o estatuto de “critério de verdade” de acordo com determinados pontos de vista, ou seja, aquele que estabelece relação entre “conhecimento e o objeto que lhe corresponde no mundo concreto” e “o ajustamento exato entre o intelecto e a realidade material (grifo nosso)”: um racionalismo empiricista. O sentido linguístico aponta para o idealismo ao desejar uma correspondência entre língua escrita e língua falada nem que seja “idealmente”; e, no verbe *adequado* iremos saber de que idealismo está se falando ao remeter o sentido gramatical à gramática gerativa.

## V2

### **Adequar** (1540 JBarL 15)

#### **verbo**

**1** bit. e pron. (prep.: a) tornar(-se) ajustado, adaptado a; amoldar(se)

*«adequou um freio novo à motocicleta»*

*«procurava a.se às exigências do casamento»*

**2** bit. e pron. (prep.: a) tornar-se) conveniente ou oportuno a *«adequava*

*suas roupas ao gosto da moda» «o novo*

*horário da aula adequou- se à rotina do trabalho»*

**3** bit. e pron. (prep.: a,

com) pôr(se) ou estar em harmonia; combinar *«como adequar uma posta de*

*peixe com um*

*assado?» «aquele vinho não se adequava a carne de caça»*

#### **homônimos**

adequáveis(2ªp.pl.)/ *adequáveis*(pl.adequável[adj.2])

Aqui chama a nossa atenção a transitividade do verbo, nem sempre explicitada e os exemplos que “estruturam o dicionário em relação à maneira como se presentifica a língua nesse espaço. (...) os exemplos simulam o fato de que aí estão contemplados os vários sentidos, nos distintos usos. [Estando aí apagado] justamente a política do dizer, ou seja, a textualização do político, como diria Courtine (1981)” (ORLANDI, 2002, p. 114-115). Temos, então, adequar-se “às exigências do casamento”; ao “gosto da moda”; “à rotina do trabalho”; ao comer e beber prescrito por quem sabe. Os exemplos não têm autoria explicitada, indicando tratar-se de exemplos criados pelo sujeito lexicógrafo, produzindo o efeito de neutralidade, objetividade, universalidade Em seguida, podemos constatar os efeitos da adequação em diferentes domínios da vida desse sujeito urbano no verbete *adequado*.

**Adequado** (1540 JBarL 15)

**adjetivo**

que se adequou

**1** que está em perfeita conformidade com algo; adaptado, ajustado

**2** apropriado ou conveniente

**3** GRAM.GENERdiz-

se de uma gramática (sistema de regras), relativamente aos níveis de sua capacidade gerativa: ela é fracamente adequada (ou de *capacidade gerativa* fraca), se é

capaz apenas de enumerar o conjunto de frases gramaticais de uma língua; e fortemente adequada (ou de *capacidade gerativa* forte), se é tb. capaz de dar a cada uma delas a descrição estrutural correta

**sinônimos**

ver sinonímia de *concordante* e *conveniente*

**antônimos**

ver antonímia de *concordante* e *conveniente*

Como adjetivo, temos uma palavra passível de flexão: *adequada*. Podemos dizer que a mudança de gênero não altera a adequação às situações comunicativas, a expressividade, ao estilo, ao bom gosto? E que o sujeito “que se adequou, que está em perfeita conformidade com algo, adaptado, ajustado; apropriado, conveniente”, independe das condições materiais de existência, da conjuntura histórica, das condições de produção do discurso lexicográfico? Não se trata de ação perfeitamente transparente, ou mesmo de um par dicotômico: *adequação/inadequação*.

Seguindo o caminho de análise que o próprio dicionário nos propicia – de palavra-puxa-palavra (SILVA, 1996) – fomos vendo a tessitura de uma rede significativa em que os sentidos se abrem e se fecham para a repetição, de modo que podemos apreender o interdiscurso em funcionamento, produzindo o efeito de completude. Voltamos, assim, ao verbete *adequação* e observamos como essa rede significativa vai se adensando, observando o funcionamento do discurso lexicográfico de “ajustamento, acomodação, conformidade”.

**Ajustamento** (1648 cf. DHPB)**substantivomasculino**

ato ou efeito de ajustar(-se)

**1** ação de integrar(-

se) em um determinado contexto; adaptação, amoldamento, conformação

**2** arranjo de diversos elementos em conjunto harmonioso e agradável, conforme os padrões do bom gosto

**3** colaboração mútua estabelecida através de acordo; pacto, contrato, trato, combinação

**4** reconciliação entre pessoas que se desentenderam; harmonia, concórdia

**5** integridade moral; retidão, justiça, inteireza

**6** CONT liquidação, ajuste de contas

**7** CONSTR, TEC m.q. assentamento (no sentido de 'colocação')

**8** JUR m.q. ajuste

**9** MAT escolha ou determinação de uma curva ou função que, segundo um dado critério, se aproxima de um conjunto de pontos do plano

**10** MAT construção, determinação de uma função analítica que, de acordo com um critério prefixado, se aproxima de um conjunto de pontos experimentalmente estabelecidos; interpolação

**sinônimos**

ver antonímia de *desinteligência*

**antônimos**

desajustamento; ver tb. sinonímia de *desinteligência*

Em *ajustamento*, chama a nossa atenção, além da retomada de certos sentidos, criando um movimento de circularidade significativa, uma ênfase na expressividade, nos bons costumes, conforme o sujeito lexicógrafo - “harmonioso”, “agradável”, “bom gosto”, “harmonia” -, seguido de um discurso da *regeneração*: “integridade moral, retidão, justiça, inteireza”

**Acomodação** (1639 cf. DHPB)**substantivofeminino**

ato ou efeito de acomodar(-se); acomodamento

**1** ato de alojar(-se), de hospedar(-

se); instalação *«ofereceu a. para o viajante»*

**2** p.met. divisão de um local (residencial, de trabalho etc.); cômodo *«gosto u das a. daquela*

*hospedaria»*

**3** adaptação conformada; adequação, apropriação *«é notável sua a. ao novo ambiente de trabalho»*

**4** meio de vida; emprego, colocação *«com anova a. vai melhorar seu salário»*

**5** ausência de ambição ou de aspiração; conformismo *«sua a. dificultou o progresso na carreira»*

**6** ASTRN em medicina espacial, adaptação funcional do corpo às modificações ambientes

**7** BIO m.q. aclimação

**8** FON desvio da articulação típica de um fonema a fim de adaptá-la à prolação do fonema seguinte ou à do antecedente

**9** GEOL movimento da crosta terrestre no qual, cobrindo-se falhas ou vácuos, ocorre nivelamento ou superposição de camadas

**10** JUR acordo em um litígio, por transação ou arbitragem; conciliação *«a a. do casal evitou a disputa pelos bens comuns»*

**11** PSIC dispositivo básico de adaptação ao qual se recorre para explicar o desenvolvimento do

pensamento e da inteligência [Piaget considera a acomodação como o conjunto de transformações da estrutura organizacional da ação e do pensamento para se adaptar às exigências do meio ambiente.]

**12** SOC modificação das formas de relação entre pessoas ou grupos para evitar, diminuir ou suprimir tensões e conflitos

**sinônimos**

ver antonímia de *fúria*

**antônimos:** ver sinonímia de *fúria*

Nesse verbete, e no que se segue, os exemplos, principalmente, foram o objeto de nossa análise. Em *acomodação*, a relação do sujeito com o mercado é fortemente marcada e a explicação sociológica indica os fins desejados para essa acomodação

## V6

### **Conformidade** (sXV cf. IVPM)

#### **substantivofeminino**

qualidade ou estado do que é conforme

**1** correspondência, analogia ou identidade de forma,

modo, tipo ou caráter <c. de angulação> <c. de gostos> <c. de estilos>

**2** ato ou efeito de se conformar, de aceitar, de se pôr de acordo; conformação, concordância <obtivemos a c. do reitor para assim agirmos>

**3** estado de submissão ou de resignação <c. com a vontade de Deus> <só lhes restou a c. ao controle da Igreja>

**4** qualidade ou estado das coisas que se concertam, harmonizam-se, casam bem <c. de sons, cores etc.>

**5** GEOL m.q. concordância

#### **sinônimos**

ver sinonímia de *nução* e antonímia de *assimetria* e *contraposição*

#### **antônimos**

inconformidade; ver tb. antonímia de *nução* e sinonímia de *assimetria* e *contraposição*

No caso do verbete *conformidade*, o enunciado definidor não remete a um verbo, a um ato ou efeito de, mas “uma qualidade ou estado do que é conforme” (como em “analfabeto”, nos lembramos); ao “tipo de caráter” como uma questão “de gosto”, “de estilo”, assim como “a qualidade ou estado das coisas que se concertam, harmonizam-se, casam bem”, em uma conversa com a noção de “cultura”; ficando os exemplos a cargo de situar a *conformidade* (*adequação*) no discurso pedagógico e no discurso religioso.

Retomando, ainda, o verbete *adequação*, decidimos, mesmo de forma breve, explorar uma palavra que traz a questão dos sinônimos e antônimos para a cena lexicográfica: a de *desinteligência*, em que a partir da “discrepância entre pontos de vista”, algo desejável em

qualquer democracia, vai-se em direção ao “desacordo”, ao “desentendimento”, à “falta de amizade”, à “hostilidade”, à “malquerença” – caminho que nos leva a pensar no funcionamento das redes sociais de nossos tempos -, culminando com “falta de inteligência.

## V7

### **Desinteligência** (1836 cf. SC)

#### **substantivofeminino**

**1** discrepância entre pontos de vista; desacordo, desentendimento

**2** *p. ext.* falta de amizade; hostilidade, malquerença

**3** falta de inteligência

#### **sinônimos**

aborrecimento, acrimônia, adevão, agastamento, águasuja, alfétena, alteração, alteração, antagonismo,

arrancarabo, arrancatoco, arregaço, arrelia, assimetria, atrito, auê, azedia, a zedume, aziúme, barulho, bate

barba, bateboca, baticum, bocório, briga, bulha, cacete, cizânia, chaça, cho que, conflito, confrontação,

confronto, contenda, contrariedade, controvérsia, desacordo, desaguisado, desajuste, desamor, desarmonia, desavença, desconcerto, desconcordância,

desconformidade, desentendimento, destampatório, diatribe

diferença, diferendo, dificuldade, discordância, discórdia, discrepância, discussão, disputa, dissensão,

dissentimento, dissidência, dissintonia, divergência, divórcio, duelo, enfadamento, enfado, entrevero,

entuviada, esparrame, esparramo, esporro, esquentação, estalada, estercada, gódia, grude, hostilidade,

inadequação, incompatibilidade, incoerência, inconformidade, inimizade, litúgio, lubambo, luta,

malavença, malentendido, malquerença, oposição, pau, pega, pegadilha, pe gapega, pendanga, pendência,

pendenga, perrengue, pleito, porrada, quelelelê, querela, questão, quijila, quizila, quizília, ralho, rebordosa, remrem, renzilha, requesta, resistência, rezi

nga, rivalidade, rixa, rolo, rusga, saçanga, sururu, teiró,

tempo-quente, trança, turra, zanga

#### **antônimos**

acordança, acordo, adequação, adesão, ajustamento, ajuste, aliança, amizade, amor, avença, brandura,



coerência, coesão, combinação, concerto, conciliação, concordância, concórdia, conexão, consonância, convenção, doçura, entendimento, harmonia, identidade, inteligência, ligação, pacificação, pacto, paz, simpatia, sinergia, sintonia; ver tb. antonímia de *contraposição*.

Os sinônimos dão densidade a esse clima de enfrentamento e a todos os efeitos que poderão daí advir, individual e coletivamente, do sujeito não se adequar, trazendo-lhe problemas de natureza e de graus diversos, que podem ser agrupados de diferentes modos, evidenciando filiações distintas a uma memória discursiva. Ao não se adequar, o sujeito estará excluído da “amizade, do amor, da doçura, da identidade, da simpatia, da paz”, por exemplo, e os conflitos e contradições transformam-se em perigo, desordem externa e interna.

## Um fecho

A noção de *adequação* trazida pelas políticas de educação e de línguas, articulada a de *competência*, em uma sociedade meritocrática, funciona como uma nova barreira invisível que “atravessa a sociedade como uma linha móvel, sensível às relações de força, resistente e elástica, sendo que, de um e outro de seus lados, as mesmas palavras, expressões e enunciados de uma mesma língua, não têm o mesmo ‘sentido’” (PÊCHEUX, 1990b, p. 11 – grifo do autor).

“Não adequar-se” para o sujeito, implica não ter acesso à educação ou dela ser excluído, não obter um emprego, na ter sucesso na vida pessoal e profissional e, ainda, ser responsabilizado pelo seu fracasso, por não ter se esforçado, por não ser digno de merecimento, por estar no lugar do errado, do ruim, do dissonante, do desarmonioso: estar, desde sempre, marcado como sujeito brasileiro no corpo e na razão. Os efeitos desse discurso neoliberal, tendo como pressuposto um individualismo exacerbado reforça o conformismo, reduz a ação da coletividade nas relações de força da sociedade, como, também, faz emergir uma violência contra si e/ou contra o outro. Essa proposta de soluções (imaginárias) para as tensões, os conflitos e contradições, próprias de uma sociedade democrática, não encontram modos de metaforização do/no espaços urbano no plano do simbólico.

Poderíamos, então, pensar a *inadequação* como resistência?

Retomando o verbete *desinteligência*, em meio a uma profusão de sinônimos, encontramos a palavra “diferença”, que parece indicar o ponto crucial em que “concerne por diversas vias o contato entre o visível e o invisível, entre o existente e o alhures, o não-realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades da ausência” (PÊCHEUX, 1990, p. 8).

A existência do invisível e da ausência está estruturalmente inscrita nas formas linguísticas da negação, do hipotético, das diferentes modalidades que expressam um “desejo” etc... no jogo variável das formas que permutam o presente com o passado e o futuro, a constatação assertiva com o imperativo da ordem e a falta de asserção do infinitivo, a coincidência enunciativa do pronome *eu* com o irrealizado *nós* e a alteridade do *ele (ela)* e do *eles (elas)*...Através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o “não está”, o “não está mais”, o “ainda não está” e o “nunca estará” da percepção imediata: nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível. (PÊCHEUX, 1990, p. 8 – grifos do autor).

A “diferença” é o que distingue uma pessoa da outra e, ao mesmo tempo, o que lhe confere uma identidade que a une a outros dessemelhantes – *inadequados* -, permitindo-lhe trabalhar as divergências de propósitos, de sentimentos, as desavenças, as desarmonias. Nesse sentido, ela confere ao sujeito uma pertença a grupos com uma história comum, segundo o próprio dicionário, ao significar o “pertencimento” como “sentimento de identidade que une indivíduos distintos [diferentes], baseado na crença de uma ascendência comum, em interesses semelhantes, no fato de pertencerem a um grupo específico, de fazerem parte de uma história comum, provirem de um mesmo lugar” e, sintomaticamente, ao trazer como exemplo que “a sensação de pertencimento ocorre vivamente entre índios e quilombolas”, retomando a separação entre “eles” e “nós”, brasileiros.

Natália Ginzburg, em seu livro “Léxico familiar”, fala de uma forma de pertencimento afetada por uma conjuntura histórica própria: a de uma Itália fascista.

Somos cinco irmãos. Moramos em cidades diferentes, alguns de nós estão no exterior e não nos correspondemos com frequência. Quando nos encontramos, podemos ser, um com o outro, indiferentes ou distraídos. Mas, entre nós, basta uma palavra. Basta uma palavra, uma frase daquelas frases antigas, ouvidas e repetidas infinitas vezes, no tempo de nossa infância. Basta-nos dizer “Não viemos a Bergamo para nos divertir” ou “Do que é que o ácido sulfídrico tem cheiro”, para restabelecer de imediato nossas antigas relações, nossa infância e juventude, ligadas indissolúvelmente a essas frases, a essas palavras. Uma dessas frases ou palavras faria com que nós, irmãos, reconhecêssemos uns aos outros na escuridão de uma gruta, entre milhares de pessoas. Essas frases são o nosso latim, o vocabulário de nossos tempos idos é como os hieróglifos dos egípcios ou dos assírio-babilônicos, o testemunho de um núcleo vital que deixou de existir, mas que sobrevive em seus textos, salvos da fúria das águas da corrupção do tempo. Essas frases são o fundamento de nossa unidade familiar (GINSZBURG, 2009, p. 31).

Como pensar, então, a diferença e o pertencimento nos espaços simbólicos e políticos da *inadequação*, trabalhando outros processos de significação e subjetivação nas políticas de línguas e nas práticas escolares?

### Referências

ALONSO, Angela. O que sustenta uma democracia são instituições, não moralizadores. In: **Folha de São Paulo**, 01.07.2021. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/angela-alonso/2021/07/o-que-sustenta-uma-democracia-sao-instituicoes-nao->

[moralizadores.shtml?utm\\_source=sharenativo&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=sharenativo](#). Acesso em: 01.07.2021.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Matrizes curriculares de referência para o SAEB**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.

Brasil. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Brasília: Diário Oficial da União. Disponível em:

<http://www2.camara.gov.br/internet/legislação/legin.html/textos/visualizarTextohtml>. Acesso em 26/12/2009.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. Edição original: 1975.

GADET Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**: o discurso na história da lingüística. Trad. Bethânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004. Edição original: 1981.

GINZBURG, Natália. **Léxico familiar**. Trad. Homero Freitas de Andrade. São Paulo: Cosac Naify, 2009. Edição original: 1963 e 1999.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem** a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: 34. 3ª ed., 2019.

NARANJO, Javier (Org.). **Casa das estrelas**: o universo contado pelas crianças. Trad. Carla Branco. Desenho e ilustração: Lara Sabatier. Rio de Janeiro: Foz, 2013. Edição original: 2013.

NUNES, José Horta. Lexicologia e lexicografia. In: GUIMARÃES, Eduardo; ZOPPI-FONTANA, Mônica (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem**: a palavra e a frase. Campinas: Pontes, 2006, p. 147-172.

ORLANDI, Eni P. Apresentação. In: Orlandi Eni P. (Org.) **Política lingüística no Brasil**. Campinas, SP; Pontes, 2007, p. 7-10.

ORLANDI, Eni P. **Língua e conhecimento lingüístico**: para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: Achard, Pierre... [et al.] **Papel da memória**. Tradução e Introdução José Horta Nunes. Campinas; Pontes, 1999, p. 49-57. Edição original: 1883.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990. Edição original: 1983.

- PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. Trad. José Horta Nunes. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, 19. Campinas: Unicamp/Iel, 1990b, p. 7-24. Edição original: 1982.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi... [et al]. Campinas, Editora da Unicamp, 1988. Edição original: 1975.
- PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na primeira República: a desqualificação dos pobres. In: **Estudos avançados** 13 (35), 1999, p. 167-197.
- SILVA, Mariza Vieira da. Tecnologias de linguagem e o ensino de línguas: o texto, o sujeito, o olhar. In: PFEIFFER, Cláudia; DIAS, Juciele Pereira; NOGUEIRA, Luciana. (Orgs.). **Língua, ensino, tecnologia**. Campinas: Pontes, 2020, p. 19-46.
- SILVA, Mariza Vieira da. Instrumentalização da língua: a filosofia espontânea e o sujeito pragmático. In: Flores, Giovanna G. Benedetto; NECKEL, Nádia Régia Maffi; GALLO, Solange Maria Leda; LAGAZZI, Suzy; PFEIFFER, Cláudia Castellanos; ZOPPI-FONTANA, Mônica G. (Orgs.). **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia, vol. 4. Campinas: Pontes, 2019, p. 339-358.
- SILVA, Mariza Vieira da. Língua e sujeito: falha e resistência. In: ORLANDI, Eni P.; MASSMANN, Débora (Orgs.). **Trilogia Travessia da Diversidade**, vol. 1: Cultura e diversidade. Campinas: Pontes, 2016, p. 19-50.
- SILVA, Mariza Vieira da. **História da alfabetização no Brasil**: sentidos e sujeito da escolarização. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.
- SILVA, Mariza Vieira da. A escolarização da língua nacional. In: Orlandi Eni P. (Org.) **Política linguística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 2007, p. 141-161.
- SILVA, Mariza Vieira da. O dicionário e o processo de identificação do sujeito-analfabeto. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni P. (Orgs.). **Língua e cidadania**: o Português do Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996, p. 151-162.

## Notas

---

\* Doutora em Linguística: Análise de Discurso, pela Universidade Estadual de Campinas, com pós-doutorado em História das Ideias Linguísticas na École Normale Supérieure Lettres & Sciences Humaines, em Lyon, França; professora aposentada na Universidade Católica de Brasília; pesquisadora vinculada ao Laboratório de Estudos Urbanos da Universidade Estadual de Campinas. Seus objetos de estudo concentram-se em alfabetização, escolarização do português, políticas públicas de línguas. *E-mail:* [marizavs@uol.com.br](mailto:marizavs@uol.com.br)

---

<sup>1</sup> Ver Nunes (2006), para compreender como isso funciona em se tratando do discurso lexicográfico.

<sup>2</sup> Ver Kowarick, 2019.

<sup>3</sup> Em artigo da Folha de São Paulo de 01.07. 2021, intitulado “O que sustenta uma democracia são instituições, não moralizadores”, a socióloga Ângela Alonso afirma que “Os moralizadores estão sentados em todos os bancos do espectro político, sem ala VIP para direita ou esquerda. Tampouco se restringem a essa esfera, estão na imprensa, na academia, no mercado. São os que acalentam a fantasia de um mundo dividido entre o Bem e o Mal, no qual basta escolher o lado certo. A pureza moral é uma ilusão infantil, apela para o que não existe”.